



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

ATA Nº1/2025/CAPEPI/IFSULDEMINAS

Ata da Reunião da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CAPEPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), realizada em **30 de outubro de 2024**.

No trigésimo dia de outubro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, os membros da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CAPEPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) reuniram-se para a reunião ordinária. A reunião foi realizada via web conferência no *Google Meet* por meio do *link*: meet.google.com/cue-epgq-nvd, sob a presidência do Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Prof. Carlos Henrique Rodrigues Reinato. A pauta foi encaminhada com antecedência aos membros, com a seguinte ordem do dia: **1- Aprovação da Ata 21/08/2024; 2- Criação do Curso Administração Financeira Orçamentária Contábil Setor Público; 3- Criação do Curso Ciência Dados Big Data; 4- Criação do Curso Geopolítica Mundo Contemporâneo; 5- Criação do Curso Gestão Logística Pública; 6- Alteração de Resolução 215-2022 - Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFSULDEMINAS; 7- Regimento Polo EMBRAPIL; 8- Informes**. Estavam presentes: Carlos Henrique R. Reinato (pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação), Humberto Vargas Duque (Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação), Paula Magda da Silva Roma (Diretora de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo), os Coordenadores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Alexandre Thomé da Silva de Almeida – *campus* Pouso Alegre, Dalilla Carvalho Rezende – *campus* Machado, Priscila Pereira Botrel – *campus* Muzambinho, Mariana Fernandes Pereira – *campus* Inconfidentes, Thomé Simpliciano de Almeida – *campus* Passos, Douglas Donizeti de Castilho Braz – *campus* Poços de Caldas, Luiz Gustavo Martinez Santos – *campus* Carmo de Minas, Gabriel Amato Bruno de Lima – *campus* Três Corações; os representantes dos Núcleos Institucionais de Pesquisa e Extensão (NIPE) ou Grupos de Estudos Avançados em Pesquisa e Extensão (GEAPE): Fernanda de Freitas Alves – *campus* Três Corações, Brígida Monteiro Vilas Boas – *campus* Machado, Natália Moreira Mafra – *campus* Carmo de Minas; os discentes: Amanda Vitória Gomes Baquero – *campus* Inconfidentes, Maria Eduarda Santos Rangel – *campus* Três Corações. David da Silva Beca – *campus* Poços de Caldas. O Presidente da CAPEPI, Prof. Carlos Reinato, iniciou a reunião conforme a pauta: **1- Aprovação da Ata 21/08/2024**: não houve manifestações e aprovada por unanimidade. **2- Criação do Curso Administração Financeira Orçamentária Contábil Setor Público**: O professor Carlos explicou que os cursos propostos em pauta são fruto do convênio com a Polícia Militar, abarcando outros cursos de pós-graduação já existente em Inconfidentes, Machado e Muzambinho. A criação desses quatro cursos foi debatida em reunião com coordenadores e encaminhada ao Colégio Dirigente, com a possibilidade de participação dos *campi* interessados. Os cursos são majoritariamente ministrados por profissionais da Polícia Militar, que também custeia os tutores, enquanto o Instituto é responsável pela coordenação pedagógica, coordenação do curso e estrutura de plataforma, sendo todos os cursos oferecidos na modalidade EaD. O convênio com a Polícia Militar tem apresentado resultados positivos, especialmente em termos de evasão e qualidade dos cursos, além do alcance regional. A princípio, os cursos eram voltados exclusivamente para a Polícia Militar, mas foram abertas exceções, permitindo a participação do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil. Dessa forma, a Polícia Militar expandiu as oportunidades para outras entidades, sendo esta a sexta turma. O professor Fernando, representando o GT de Inconfidentes, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e informando que, devido à ausência do professor Marcos Magalhães, o parecer finalizado com sua assinatura seria encaminhado ao final da apresentação. Ele parabenizou o *campus* Machado pela proposta apresentada e relatou que o GT de Inconfidentes analisou o PPC, sendo favorável à sua aprovação, com algumas observações para ajustes. Entre os principais pontos destacados, mencionou que, no item 4, sobre a apresentação do curso, é citado um anexo 2, que não consta no documento, sendo necessário incluí-lo. Outro ponto levantado foi no item

4.4, que menciona que a seleção seria feita pela Polícia Militar de Minas Gerais, enquanto no item 4.6 consta que o processo de seleção será realizado por uma comissão de seleção formada por professores do colegiado do curso ou por uma comissão definida para tal. Ele sugeriu o alinhamento dessas informações para garantir maior coerência no documento. Também indicou a necessidade de padronizar a expressão *lato sensu* em itálico ao longo do texto e apontou que a disciplina de Introdução ao EaD estava repetida nos módulos 1 e 2, sendo que deveria constar apenas no primeiro módulo. Outro ponto mencionado foi sobre a defesa do TCC, que, conforme o texto, deveria ocorrer preferencialmente de forma presencial. Fernando sugeriu que, por se tratar de um curso EaD, a defesa pudesse ocorrer também nessa modalidade, em vez de ser priorizada a modalidade presencial. Finalizou que estava à disposição para eventuais dúvidas. A professora Lidiane, coordenadora do curso, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e agradecendo as considerações feitas pelo professor Fernando. Ela informou que o PPC foi finalizado na manhã anterior a esta reunião, pois ainda estava alinhando algumas disciplinas e consolidando emendas com o Major André, que será o coordenador adjunto do curso. Lidiane confirmou que as bibliografias já foram corrigidas e que alguns pontos mencionados já estão devidamente ajustados. Com relação ao processo de seleção, Lidiane reconheceu a pertinência dos apontamentos feitos e informou que verificará as questões levantadas, destacando que a seleção será, de fato, realizada pela Polícia Militar. Sobre a defesa do TCC, Lidiane explicou que a escolha por uma defesa preferencialmente presencial foi um pedido da Polícia Militar, que inclusive manifestou o desejo de realizar um evento no momento das defesas. Inicialmente, todas as defesas seriam presenciais, mas a coordenadora sugeriu flexibilizar para preferencialmente presencial, permitindo a participação à distância para aqueles que não puderem comparecer, especialmente considerando a expansão para outras instituições, como o Corpo de Bombeiros e servidores de instituições públicas de estados distantes, como Rondônia e Amapá. Por fim, Lidiane mencionou o anexo 2, explicando que provavelmente foi incluído por aproveitamento de outro PPC, mas que será removido do texto. Ela finalizou agradecendo pelas pontuações apresentadas. O professor Carlos comentou sobre a coletânea de artigos dos últimos TCCs realizados no curso de Gestão em Saúde, no *campus* Machado, em parceria com a Polícia Militar. Esses artigos, que foram publicados em revistas acadêmicas, demonstram o rigor exigido nos trabalhos de conclusão de curso. Isso pode ajudar a entender a escolha pela defesa presencial, como mencionado pela Lidiane. No entanto, também considera importante que manter a opção EaD, especialmente devido à participação de parceiros externos, como aqueles de outros estados. Em seguida, o curso foi colocado em votação. Como não houve manifestações contrárias, o PPC foi aprovado por unanimidade.

3- Criação do Curso Ciência Dados Big Data: O GT do *campus* Muzambinho, representado pela professora Priscila, analisou a proposta do curso, destacando que ela está alinhada com o contexto do *campus* Poços de Caldas, que possui uma infraestrutura adequada para sua execução. A professora enfatizou as considerações realizadas no PPC, com base na última versão disponível. No entanto, observou-se que havia uma versão mais recente, o que poderia indicar que algumas das observações já haviam sido corrigidas. Entre os pontos destacados, foram mencionadas questões de formatação, como a falta de padronização ao longo do texto, a necessidade de ajustes na equipe responsável pela elaboração do PPC, incluindo a numeração de páginas e a padronização da ortografia de *lato sensu*. Também foi sugerido justificar as tabelas e revisar o espaçamento ao longo do texto. Em relação aos dados de contextualização (IBGE e IDH), foi recomendado o uso de dados mais recentes. Quanto aos inventários, o GT sugeriu que fossem apresentados no formato de tabela, o que facilitaria a identificação da ementa e das bibliografias básica e complementar. Foi observado que, nas disciplinas de Visualização de Dados e Linguagem de Programação, a bibliografia complementar estava ausente. Outro ponto levantado foi a correção na oferta de vagas, que mencionava erroneamente 500 vagas estipuladas pela Cooxupé, por ter sido uma cópia de outro PPC. A professora Priscila ressaltou que essa informação deve ser ajustada, uma vez que o curso é oferecido em parceria com a Polícia Militar, conforme explicado pelo professor Carlos. Por fim, Priscila destacou que todas as considerações estavam registradas no parecer, que foi enviado por e-mail à PPPI. Ela também parabenizou o professor Douglas pela proposta e pela iniciativa e se colocou à disposição para quaisquer dúvidas ou necessidades. O coordenador do curso, professor Douglas, agradeceu pelas considerações do GT e informou que diversas observações apontadas já foram corrigidas, tanto na parte textual quanto na formatação. Ele mencionou que anotou todas as observações para garantir que tudo o que foi sugerido pelo GT seja corrigido, a fim de que a aprovação do curso avance nas próximas câmaras. O professor Douglas ressaltou que a parceria com a Polícia Militar representa uma experiência nova para o *campus* Poços de Caldas, expressando entusiasmo e empolgação, e reforçou a expectativa de realizar um bom trabalho junto à Polícia Militar. Em seguida, a proposta do curso foi colocada em votação. Não houve manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade.

4- Criação do Curso Geopolítica Mundo Contemporâneo: O GT de Poços de Caldas, representado pelo professor Douglas, parabenizou o *campus* Inconfidentes, ressaltando a proposição de um PPC conciso e bem estruturado, com disciplinas alinhadas ao objetivo do curso. Em seguida, levantou algumas questões para ajuste e esclarecimento, destacando: atualização do item 5.7, que contém informações desatualizadas sobre eventos científicos, como a Josif de 2023 e de 2024; inclusão de um texto explicativo na seção 7.3, que atualmente apenas menciona a Secretaria de Cursos Superiores sem maiores detalhes; correção na carga horária na seção 2, que apresenta uma

divergência: o texto indica 400 horas totais, enquanto a tabela indica 380 horas, além de 40 horas para o TCC; esclarecimento sobre a plataforma AVA que será utilizada, se será a do IFSULDEMINAS ou a da Polícia Militar. Finalizando, o professor Douglas informou que o parecer do GT foi encaminhado ao PPPI, sendo favorável à aprovação do PPC, com as ressalvas mencionadas. Reiterou seus parabéns ao *campus* Inconfidentes e ao professor Giovanni, coordenador do curso. O professor Giovanni agradeceu as considerações feitas pelo professor Douglas e informou que fará as devidas atualizações no item 5.7 que trata dos eventos científicos, como a jornada científica. Em relação ao item 7.3, afirmou que buscará informações com a Secretaria de Cursos Superiores sobre o procedimento específico relacionado às posses no *campus* e complementar o texto com essas informações. O professor Giovanni comentou que a correção da carga horária é necessária, pois a polícia possui um convênio com professores da PUC Minas e alguns coronéis que lecionam na academia de polícia. Houve um ajuste de última hora entre os docentes, que inicialmente não previam o TCC para o curso, mas acabaram por incluí-lo. Como resultado, a carga horária foi alterada, mas essa mudança passou despercebida no texto original. Sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), esclareceu que será utilizado o AVA do IFSULDEMINAS, um Moodle gerido pela reitoria. Por fim, agradeceu ao GT pela análise, especialmente à professora Célia, e se colocou à disposição para esclarecer eventuais dúvidas sobre a proposta do curso. Em seguida, a proposta do curso foi colocado em votação, como não houve manifestações, foi aprovada por unanimidade.

5- Criação do Curso Gestão Logística Pública O GT de Machado, representado pela Dalila, iniciou sua fala parabenizando pela proposta do curso e pela elaboração do PPC. Em seguida, fez considerações sobre a formatação do documento, destacando a necessidade de especificar melhor o conceito de trabalho nos objetivos específicos, revisar a carga horária do TCC, que, em geral, deve ser acrescida às 360 horas do curso, e ajustar as tabelas. O GT também observou que, na tabela de disciplinas e docentes, estavam ausentes os nomes dos professores responsáveis e que algumas bibliografias estavam fora da ordem alfabética ou incompletas. A professora Brígida complementou, reforçando a questão da carga horária do TCC, que deveria ser separada das 360 horas do curso, conforme previa a legislação, sendo necessário conferir qual é a normativa em vigor para esclarecer essa questão. Além disso, mencionou que o documento estava incompleto, pois faltavam as páginas finais que tratam das normas para a elaboração do TCC. Por fim, o GT se colocou à disposição para esclarecer eventuais dúvidas. O coordenador do curso, professor Márcio, não pôde comparecer à reunião. Humberto, que já havia conversado com ele, ficou à disposição para repassar as informações. Sem manifestações contrárias, a proposta do curso foi aprovada por unanimidade.

6- Alteração de Resolução 215-2022 - Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFSULDEMINAS: O professor Carlos iniciou a discussão sobre a alteração da Resolução 215-2022, que trata do regimento interno dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFSULDEMINAS, destacando que a proposta foi sugerida pelo *campus* Passos. A proposta consiste na criação de cursos, com a possibilidade de certificação para o aluno que evadir após a conclusão de cada módulo de 120 horas. Caso o aluno desista após concluir o primeiro módulo, ele poderá ser certificado com base na carga horária de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC). Ele também mencionou que essa proposta já foi discutida em outras solicitações do *campus* Poços de Caldas e que essa é uma sugestão trazida para análise e discussão. O professor Humberto esclareceu que a demanda de Passos envolve a possibilidade de modularização do curso de pós-graduação e a certificação para alunos que evadirem durante o curso. Ele destacou que, no caso de evasão, o aluno poderia ser certificado com um curso FIC ou um curso de aperfeiçoamento, dependendo da carga horária cumprida. Humberto também mencionou a alteração proposta no artigo 79 da resolução, que atualmente impede a certificação de alunos que não completam todas as exigências regimentais. A proposta inclui a adição de parágrafos que permitiriam a certificação para aqueles que evadirem do curso, buscando flexibilidade para esses casos. Humberto expressou a preocupação com a possibilidade de dupla certificação, caso o aluno conclua todos os módulos do curso. Para evitar isso, ele sugeriu que o aluno receba a certificação de pós-graduação *lato sensu*, caso conclua todas as exigências e módulos do curso. Caso desista antes de concluir o curso, o aluno receberia a certificação apenas pelo módulo concluído. Humberto enfatizou que é essencial que a proposta seja discutida internamente para avaliar todos os aspectos, incluindo a análise por parte da Pró-Reitoria de Extensão, para garantir que a resolução contemple de forma justa os casos de evasão sem estimular a desistência dos alunos. O professor Carlos reiterou que a proposta do *campus* Passos visa atender a uma realidade local, focada na formação de professores da rede estadual e municipal. Ele destacou que essa abertura para a modularização deve estar prevista no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e não necessariamente será adotada em todos os cursos, uma vez que a resolução atual não prevê essa possibilidade. Carlos alertou sobre as preocupações de ambos os lados: a certificação para alunos evadidos é um ponto positivo, mas, por outro lado, pode gerar um estímulo à evasão, pois o aluno teria um certificado mesmo sem completar o curso completo. Carlos também discutiu o aspecto do registro e da dupla certificação, explicando que a solução proposta é que o aluno, caso desista do curso, possa solicitar o certificado do módulo concluído, sem receber a certificação final do curso completo, caso não tenha finalizado todos os módulos. Ele sugeriu ainda que, para aprofundar a análise da proposta, seria interessante criar um GT misto, envolvendo a Pró-Reitoria de Extensão e a PPPI, para discutir a proposta internamente nos *campi*. Por fim, Carlos ressaltou que a resolução impacta todos os cursos de pós-graduação, e, portanto, a proposta de alteração deve ser

amplamente discutida com os membros da câmara. Ele sugeriu que os membros cativos e convidados da CAPEPI se manifestassem sobre a questão, antes de seguir com a possível mudança. Matheus iniciou sua fala cumprimentando a todos e esclarecendo que não fazia parte da câmara, sendo convidado. Ele reforçou a fala do professor Carlos, destacando a importância da criação de um GT e da discussão ampla da proposta, que deve envolver principalmente a base. Matheus enfatizou que, embora alterações nos regimentos sejam naturais e busquem melhorias nas possibilidades de trabalho, é fundamental que qualquer mudança em um regimento seja amplamente discutida, pois afeta todos os cursos e *campi*. Ele abordou a questão da certificação intermediária, sugerindo que, embora tenha potencial interesse, sua implementação exige um diálogo aprofundado. Matheus levantou a questão do registro acadêmico, especialmente em relação à certificação FIC. Questionou como isso impactaria o PPC e o registro do aluno, que, no sistema Suap, constaria como aluno de pós-graduação. Ele destacou que tal discussão requer um maior aprofundamento e alertou para o risco de delegar a responsabilidade ao PPC sem uma análise mais cuidadosa, o que representaria uma falha procedimental significativa. Matheus sugeriu que a pauta fosse discutida com os Diretores de Desenvolvimento Educacional (DDEs), incluindo as coordenações de pesquisa, extensão dos *campi* e, principalmente, a PROEX, que também está envolvida. Por fim, reforçou a importância de realizar essa discussão com a base e concordou com a sugestão do professor Carlos de criar um GT misto, envolvendo os *campi*, a PPPI e a PROEX. Dado que não houve outras manifestações, Carlos sugeriu a criação de um GT para tratar da questão, considerando o caráter consultivo da CAPEPI e a necessidade de um parecer mais sólido. Ressaltou-se que o tempo disponível permitiria a criação do GT, especialmente porque a discussão envolve outra pró-reitoria. Ele destacou que a CAPEPI precisaria compreender as implicações da mudança, principalmente para evitar possíveis transtornos operacionais futuros, como questões de registro e operacionalização. Em seguida, a sugestão de criação do GT foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade pelos presentes. O objetivo do grupo seria aprofundar a discussão, levando-a para as bases, incluindo os DDEs e os coordenadores de pesquisa e extensão. O presidente enfatizou que o GT deve levar a discussão principalmente aos setores de pesquisa e extensão, que são diretamente envolvidos na questão. Foi aberto um espaço para a formação do GT, com a solicitação de voluntários, incluindo tanto membros da CAPEPI quanto externos. Dalila sugeriu a participação de Elissa, coordenadora de pós-graduação, o que foi prontamente aceito. Mateus também se voluntariou, representando o *campus* Poços de Caldas. Foi então sugerido incluir Carlos Negrão, coordenador de pós-graduação, e Humberto, representando a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PPPI). Ficou acordado que a CAPEPI indicaria quatro representantes e que a Pró-Reitoria de Extensão (PREX) indicaria outros quatro membros para compor o GT. O prazo para a apresentação das sugestões do GT sobre as alterações da resolução 215 foi estabelecido para a próxima reunião da CAPEPI, ressaltando que o prazo não comprometeria o andamento do projeto de criação do laticínio de Passos, já que este ainda está em trâmite. Por fim, o presidente questionou novamente se havia mais alguém que quisesse se manifestar sobre o tema, encerrando o ponto de pauta após a ausência de novas manifestações.

7- Regimento Polo EMBRAPII: Leandro explicou que o regimento interno sofreu uma alteração devido a um novo entendimento da Embrapii sobre a gestão de portfólio em alguns polos. Ele destacou que alguns polos estavam realizando de forma incorreta a coordenação dessa gestão, confundindo-a com a comunicação dos projetos para a comunidade. No entanto, a gestão de portfólio, conforme orientação da Embrapii, deve focar na gestão orçamentária da carteira de projetos com as empresas, além do controle do desenvolvimento dos projetos e dos recursos envolvidos. Leandro enfatizou que é fundamental que uma pessoa seja responsável por essa gestão orçamentária, garantindo que não haja erros que prejudiquem o pagamento de bolsas ou a criação de protótipos ao longo dos projetos. Ele também ressaltou que a gestão da carteira de projetos deve estar alinhada com as metas pactuadas com a Embrapii, que estipulam a realização de sete projetos por ano até 2029, utilizando os recursos de maneira correta, de acordo com a distribuição de 33% para cada parte envolvida. Essa gestão é importante para garantir que os recursos sejam gastos adequadamente e que as metas sejam atingidas, sem exceder ou faltar nenhum valor. Leandro explicou ainda que, anteriormente, a coordenação de portfólio estava vinculada à coordenação de comunicação, o que gerou confusão, já que a comunicação estava sendo entendida como prospecção e divulgação dos projetos. Com as alterações, a coordenação de comunicação passou a ser responsável exclusivamente pela divulgação e marketing do Polo, a fim de torná-lo mais atrativo para as empresas. Por outro lado, a coordenação de portfólio foi ajustada para focar no controle dos custos, gastos e cumprimento das metas pactuadas. As mudanças foram implementadas na seção 1 da estrutura organizacional, desvinculando a coordenação de portfólio da coordenação de comunicação, e as atribuições de cada coordenação foram redistribuídas, estando especificadas nas seções 9 e 10 do regimento. Leandro concluiu colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos sobre as alterações realizadas no regimento do Polo Embrapii. Não houve manifestações contrárias e as alterações no regimento foram aprovadas por unanimidade.

8- Informes:
8.1- Jornada Científica - o professor Carlos solicitou a colaboração de todos os membros, com um destaque especial aos coordenadores de pesquisa, para auxiliar na avaliação dos trabalhos submetidos à Jornada Científica. Ele ressaltou que, todos os anos, o atraso nas avaliações dos trabalhos por parte dos avaliadores tem sido um problema recorrente. Como a Jornada é itinerante, cada ano realizada em um *campus* diferente, desta vez a responsabilidade recaiu sobre o *campus* Inconfidentes. Ele enfatizou

que a PPPI atuará em conjunto com o *campus* Inconfidentes para realizar um pente-fino e cobrar, individualmente, os responsáveis pelos atrasos. Carlos mencionou que Dalila, Araceli e Priscila já enfrentaram dificuldades semelhantes em edições anteriores, e pediu que todos os coordenadores de pesquisa intensifiquem os esforços para garantir que as avaliações sejam concluídas no prazo. Ele também solicitou ao professor Fernando que apresentasse a situação atual das avaliações. Fernando agradeceu a oportunidade de discutir a questão e informou que restam cerca de 40 dias para o evento, mas ainda há muitos trabalhos em fase de tramitação. Ele destacou que algumas áreas têm justificado o atraso pelo grande volume de trabalhos recebidos, o que, segundo ele, reflete a dificuldade em cumprir os prazos. Fernando mencionou que está colaborando com Evaldo na organização dos trabalhos e, naquela tarde, fariam uma nova análise minuciosa, com a intenção de passar os nomes dos avaliadores e autores envolvidos nos atrasos. Ele reforçou a necessidade de auxílio de todos, sobretudo dos coordenadores de pesquisa, devido ao desafio de cumprir os prazos. O professor Douglas manifestou preocupação sobre a natureza dos trabalhos submetidos, ressaltando que muitos apresentavam pouco rigor técnico e acadêmico, com alguns trabalhos sendo simplificados e sem foco claro em pesquisa. Ele sugeriu que, nas próximas edições, a Jornada poderia criar categorias específicas para esse tipo de trabalho, o que facilitaria o processo de avaliação. O professor Evaldo reiterou a necessidade de colaboração, destacando que o evento estava muito atrasado devido à greve, e ainda havia mais de 400 trabalhos pendentes de avaliação. Ele explicou que alguns trabalhos ainda não foram avaliados e outros, embora já avaliados, não foram devolvidos pelos autores com as devidas correções. Ressaltou que a situação está bastante acumulada e que não é possível prorrogar o prazo, em razão dos trâmites necessários antes da realização do evento. As áreas de Informática e Veterinária foram apontadas como as mais afetadas, devido à quantidade de relatos submetidos. Além disso, Evaldo relatou que há diversas reclamações, tanto por parte dos editores, que afirmam que há poucos avaliadores disponíveis, quanto por parte dos avaliadores, que estão sobrecarregados, conforme já mencionado pelo professor Douglas. Reforçou que os autores também estão insatisfeitos, pois os avaliadores têm feito exigências excessivas, considerando que os trabalhos são apenas resumos e não artigos completos. Por fim, o professor Evaldo sugeriu que há propostas de melhorias para o processo no próximo ano, mas destacou que, neste momento, é necessário encontrar uma solução para evitar a rejeição em massa dos trabalhos, uma vez que não há mais possibilidade de prorrogação dos prazos. Solicitou, assim, o empenho de todos os *campi* em realizar uma força-tarefa para que as avaliações sejam concluídas da melhor forma possível. O professor Carlos concordou, reconhecendo que a jornada evolui a cada ano e traz características novas. Ele considerou pertinente a sugestão de separar os tipos de trabalhos, como os relatos de disciplina, para a próxima jornada, sugerindo que essa questão fosse discutida dentro da Câmara. Para ajudar o *campus* Inconfidentes, Carlos sugeriu que fosse feito um filtro nos trabalhos e, em seguida, enviado para os coordenadores de pesquisa de cada *campus* para ajudar na cobrança e no acompanhamento, visto que a jornada é responsabilidade de todos os pesquisadores, coordenadores e *campus*. Enfatizou que a jornada não depende exclusivamente do *campus* Inconfidentes ou da proreitoria de pesquisa, mas de todos os envolvidos. Ressaltou que, para garantir a qualidade da jornada e evitar injustiças, é fundamental o comprometimento de todos, destacando a importância de não indeferir trabalhos sem uma análise adequada e também de não aprovar trabalhos sem qualidade. Carlos concluiu reforçando a necessidade de colaboração de todos para que a jornada possa ser realizada com sucesso, evitando problemas futuros relacionados à falta de artigos científicos e a possíveis complicações com a prestação de contas aos órgãos de fomento, como a FAPEMIG e o CNPq.

8.2- Encontro com os coordenadores de curso e coordenadores de pesquisa e extensão – O professor Carlos informou que o evento ocorrerá nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2024, em Poços de Caldas, e será realizado em formato de imersão. O encontro acontecerá em um hotel, e diversas temáticas serão discutidas durante o evento. O convite para o evento foi enviado a todos, mas é imprescindível que a confirmação de presença seja feita com urgência, visto que alguns ainda não responderam. Carlos destacou que, apesar de muitos já terem confirmado, a reserva no hotel está condicionada à confirmação de todos os participantes, com prazo final até as 13h da presente data, uma vez que o hotel poderá liberar a reserva por questões comerciais. O professor solicitou que aqueles que ainda não confirmaram sua presença o façam o mais breve possível. Ele também mencionou que a convocação foi estendida aos coordenadores de posto. Por fim, Carlos se colocou à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e abriu a palavra para os demais membros, caso houvesse mais questões a serem discutidas. Nada mais a tratar, o presidente, professor Carlos Henrique R. Reinato, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às nove horas, dez minutos e vinte e sete segundos. Eu, Cesar Batista de Moraes, lavrei a presente ata, que, após lida, segue aprovada. Pouso Alegre/MG, trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Carlos Henrique Rodrigues Reinato**, PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRAD, INOVAÇÃO - CD2 - IFSULDEMINAS, em 02/04/2025 12:07:08.
- **Humberto Vargas Duque**, DIRETOR(A) - CD3 - IFSULDEMINAS - DPPG, em 04/04/2025 11:09:45.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 538627

Código de Autenticação: 7f585a44c4



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais